

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA – TRT 4ª REGIÃO – 21/03/2013

Aos vinte e um dias do mês de março de 2013, às 17:10h, teve início a reunião da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região, na Direção do Foro de Porto Alegre, sob a presidência do Exmo. Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling, com a presença dos demais integrantes da Comissão, Exmos. Desembargadores João Pedro Silvestrin e Claudio Antonio Cassou Barbosa, Exmas Juízas Maria Silvana Rotta Tedesco e Julieta Pinheiro Neta. Presentes, ainda, as servidoras Janine Scharlau Stoever (Assessora de Informática da Corregedoria), Natacha Moraes de Oliveira (Diretora da Secretaria de Tecnologia de Informação) e Julia Helena Vargas Viegas (Assessora de Informática da Presidência).

Pauta: 1) IMPLANTAÇÕES DO PJE: Dr. Ricardo Gehling expôs os motivos que levaram a Comissão a solicitar à Presidência a sustação das implantações, além das inconsistências do sistema amplamente conhecidas e das dificuldades técnicas já relatadas : dificuldades em relação aos links, suporte e treinamento (servidores, advogados, procuradores e peritos). Foi relatado que a área de TI sofre com a falta de estrutura e que o acréscimo de unidades com PJE requer o aumento de pessoas dedicadas ao projeto. Relatou-se que o número atual de unidades de primeiro grau que utilizam o PJE é de 18 varas e que portanto faltariam 35 varas para serem implantadas em 2013, totalizando 53 , exatamente os 40% que a meta exige. Desembargador Claudio Cassou propôs a revisão de cronograma para que se possa responder às questões que dificultam a implantação do PJe. Desembargador Ricardo Gehling relatou que foi solicitado ao grupo de negócio a possibilidade de demonstrar o e-JUS2 àquele grupo, por ser um dos melhores sistemas de segundo grau dentre os TRTs. O pedido foi aceito e a demonstração está agendada para ocorrer durante a próxima reunião do grupo, que ocorrerá nos dias 3 e 4 de abril/2013. Desembargador Silvestrin relatou o que a versão 1.4.7 foi suspensa em razão dos problemas apresentados nos Tribunais que a instalaram. Foi determinado que todos os Tribunais tenham a mesma versão instada (1.4.2), para homogeneizar os problemas e conhecimentos. Também está prometido pelo Conselho uma estabilização das versões pois estão sendo focadas as correções pendentes. A entrega das versões para instalações deverá melhorar pois atualmente os procedimentos são manuais e bastante sujeitos a erros. Outra vantagem de postergar as implantações é adiar o recebimento de recursos no segundo grau, até que o sistema esteja mais estável.

Deliberação: A Comissão mantém a proposta de revisão do cronograma de implantações do PJE. **2 – PROPOSTA DE CRONOGRAMA PARA O ATINGIMENTO DA META DO CSJT:** A Comissão propõe **a)** manter a implantação em Caxias do Sul, prevista para 25/março/2013, **b)** instalar em uma das varas especializadas de Porto Alegre no início do segundo semestre/2013, **c)** instalar nas demais varas de Porto Alegre até dezembro/2013, em data a ser definida, **d)** iniciar imediatamente um estudo da estrutura necessária para a implantação, treinamento e suporte em Porto Alegre (incluindo contatos com a OAB para engajamento neste processo). Foi relatado que, atualmente, as equipes de suporte ao PJE estão distribuídas entre a SETIC, ASSICOR e as Direções de Foro das cidades onde o PJE já foi implantado, mas que o número de pessoas tem se mostrado insuficiente para atender às demandas destes locais. Natacha relatou que os servidores designados nas direções de Foro foram treinadas em Porto Alegre para estarem aptas a dar atendimento aos advogados da cidade e que é muito importante que em cada Foro haja uma pessoa (no mínimo) com dedicação exclusiva para este fim. Caso esse servidor não consiga dar o atendimento, ele atualmente entra em contato com a SETIC ou ASSICOR para buscar a informação e dar o retorno ao Advogado. Relatou ainda que está sendo disponibilizado um formulário para que esses servidores registrem os atendimentos realizados. A Juíza Maria Silvana informou que com a futura extinção da distribuição de Porto Alegre, alguns dos servidores serão destinados ao atendimento em PJE. A Juíza Julieta salientou que seria importante que houvesse um repositório onde as pessoas que usam o PJE pudessem relatar suas dicas e boas práticas. **Deliberação:** A proposta de cronograma foi aprovada por unanimidade pela Comissão. Comissão. **3) ASSUNTOS**

GERAIS: 3.1 – BOAS PRÁTICAS, resposta Ofício CSJT: Setic irá compilar as práticas adotadas e encaminhará para a Presidência. **3.2 – LICENÇAS DE WORD PARA TODAS AS MÁQUINAS DOS GABINETES**. Natacha relatou que o PJE constantemente se perde e já houve várias ocorrências de perda de votos ali registrados. Em razão disso, os Desembargadores preferem utilizar o WORD para registrar os votos. Porém, o TRT não possui mais licenças atualizadas do Word e as licenças de Word 2000 não são compatíveis com o Windows 7. Resgatou-se o Ato Conjunto do CSJT que definiu que se cessem os investimentos em licenciamento de softwares que possuem versões em software livre. Natacha sinalizou que embora o BOffice seja de menor qualidade ele atenderia a demanda do TRT. O investimento necessário para atualizar as licenças de Word de todas os computadores dos Gabinetes é de 250 mil reais. **Deliberação:** A Comissão entende que estender a atualização do Word a todas as máquinas do Gabinete iria de encontro à política já implantada e mantém-se fiel à Resolução do CSJT, aprovando a atualização somente nos computadores dos Desembargadores e de seus Assessores (2 computadores por gabinete), mantendo também, a permissão já existente. **3.3 – Solicitação encaminhada pelo ESI à Comissão de Informática** (servidor de Erechim solicitou a instalação do PDF compress ou similar para a melhor digitalização de documentos a serem incluídos em processos do PJE). **Deliberação:** Comissão encaminha à Setic para verificar se já há outras decisões similares e encaminhamento deste caso específico. **3.4 - Formulário de solicitação de certidão no site do TRT4.** Juíza Maria Silvana solicita estudo para tornar o formulário totalmente online, sem a necessidade de se imprimir, assinar, digitalizar e encaminhar por email. **Deliberação:** Setic autorizada a analisar e implementar. **3.5 - Quiosque do Precad tem impressora sem uso:** Proposta deixar um Servidor no local e fazer a impressão das guias da Receita Federal, para que as partes não precisem sair do prédio para impressão e possam imediatamente após dirigir-se aos Bancos. **Deliberação:** Autorizado, sendo que este mesmo Servidor poderá, futuramente, dar suporte a dúvidas referentes ao PJE. A reunião foi encerrada às 18:50h.